



ATA Nº 191 DE 27 DE JULHO DE 2018
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata de reunião realizada na sede do PREVIGUABA, ao dia 27 do mês de julho de 2018, as 14:15. Dado início a reunião, com a palavra a Sra. Rosana Aparecida Rodrigues Alves - Presidente do Comitê de Investimento agradece a presença de todos. Em relação à economia brasileira, o IGP-M, depois de ter subido 1,87% em junho, desacelerou a alta para 0,51% em julho, com a redução de praticamente todos os índices que compõem o indicador. Para a bolsa brasileira, foi mais uma semana de recuperação, com o Ibovespa subindo 1,65%. Assim, o ganho acumulado no ano chegou a 4,53%. O dólar, por sua vez, caiu 1,66% e sobe 12,35% no ano. O IMA-B Total, por sua vez subiu 0,36% na semana, acumulando alta de 3,56% no ano. No Relatório Focus recém-divulgado, a média dos economistas no mercado financeiro estimou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subirá 4,11% em 2018, como na semana anterior. Para 2019 a estimativa é de que suba 4,10%, também como na semana anterior. Para a taxa Selic, o relatório informou que, para o fim de 2018 a taxa Selic estará em 6,50%, como na última pesquisa e em 8% no final de 2019, também como na pesquisa anterior. Já para o desempenho da economia previsto para este ano, o mercado estimou a evolução do PIB em 1,50%. Para 2019 a estimativa é que o PIB cresça 2,50%. No Brasil, teremos a divulgação dos resultados parciais da inflação, da produção industrial, do resultado fiscal e da taxa de desemprego em junho, além da reunião do Copom sobre política monetária. Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, diante do cenário externo volátil, com a continuada valorização do dólar que também impactará na inflação local e dada a queda na atividade econômica, que deverá ter importante impacto na arrecadação fiscal do setor público consolidado, além das incertezas com as eleições presidenciais, é grande a possibilidade de retornos negativos com os subíndices da família IMA e IDKA, principalmente os de prazo mais longo. Assim, achamos por bem sugerir aumento de 10% para 15% na exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de não mais 25% e sim de 20% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDBs aumentamos a alocação sugerida de 20%, para 35%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passou a ser de 40%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo). Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais suprem a meta atuarial. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%. Por fim, cabe lembrar que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. O período continua sendo de cautela. Nada mais havendo a tratar eu Vanessa da Silva Ferreira dos Santos, lavrei e assino a presente Ata juntamente com os demais presentes que assim quiseram assinar, Iguaba Grande/RJ, 27 de Julho de 2018.

Rosana Aparecida Rodrigues Alves - Presidente do Comitê de Investimento.

Vanessa da Silva Ferreira dos Santos – Secretária

Victor Medeiros Mendes da Silva – Membro

Rogério Maia Vieira - Membro

Allan Simonaci - Membro